

Grupos, Entrevistas Coletivas e Produção de Conhecimento Popular em Trabalhos da Psicologia Comunitária

Grupos, Entrevistas Colectivas y Producción de Conocimiento Popular en Trabajos de Psicología Comunitaria

Maria de Fatima Quintal de Freitas
Universidade Federal do Espírito Santo

A utilização de instrumentais e metodologias tradicionalmente empregadas em pesquisas realizadas com objetivo precípua de produção de conhecimento tem se revelado, em muitos contextos de trabalhos de intervenção e atuação comunitárias, como insuficientes ou parcialmente sensíveis para captar a dinâmica dos fenômenos que estão sendo investigados. Pretende-se discutir sobre as condições, dificuldades e necessidades que se apresentam ao pesquisador-trabalhador social (psicólogo social e comunitário) quando se propõe, ao pesquisar, também intervir na realidade. Serão discutidos aspectos relativos ao emprego de grupos e discussões temáticas; de diários de campo; da realização de entrevistas participativas coletivas; e às estratégias para a produção popular de um conhecimento popular.

El empleo de instrumentos y metodologías tradicionalmente utilizadas en investigaciones desarrolladas con el objetivo principal de producción de conocimiento se ha mostrado, en muchos contextos de trabajos de intervención y actuación comunitarias, como insuficiente o sólo parcialmente sensible para la captación de la dinámica de los fenómenos que están siendo investigados. En este trabajo se discute respecto a las condiciones, dificultades y necesidades que se plantean al investigador(a) trabajador(a) social (psicóloga y psicólogo social y comunitario) cuando éste se propone, al investigar, también intervenir en la realidad. Serán discutidos hallazgos respecto al empleo de grupos y discusiones temáticas, de diarios (memorias) de campo, de la realización de las entrevistas colectivas, y de las estrategias para la producción popular de un conocimiento popular.

Pensar o desenvolvimento de trabalhos em comunidade, tendo uma preocupação no estabelecimento de vínculos e práticas que sejam construídas dentro de um processo participativo e de intercâmbios de conhecimentos e de experiências entre profissional e população, exige que se sejam considerados vários aspectos que interferem nesse tipo de trabalho.

O Cotidiano das Práticas em Comunidade

Dentre esses aspectos, um deles se refere ao fato de, em grande parte, tais trabalhos acontecerem fora do âmbito das relações individuais ("face to face") e fora de um contexto conhecido e voltado para a produção de conhecimentos científicos, efetivando-se e se concretizando na esfera das ações e práticas coletivas acontecidas no contexto natural das relações cotidianas (Cordero & Hermosilla, 1996; Perdomo, 1988).

Falar disto, resvala, necessariamente, no tema das

relações estabelecidas entre o profissional e a comunidade, e no dos processos grupais (Lane & Freitas, 1997; Martín-Baró, 1989). Sem ter o objetivo, aqui, de fazer uma digressão sobre aspectos teóricos e conceituais do fenômeno grupal, pretende-se, neste espaço, apresentar alguns elementos que sirvam de base para uma reflexão sobre o tipo de compromisso, vínculo e interação que o profissional estabelece com as pessoas da comunidade, quando do desenvolvimento do seu trabalho.

Trabalhar em comunidade tendo como referencial os aportes da Psicologia Social Comunitária (Lane & Sawala, 1991, 1995) e estabelecendo compromissos com o desenvolvimento comunitário, em termos da própria comunidade participar das decisões e encaminhamentos das alternativas que maximizem o seu lugar e papel na construção de relações cotidianas mais dignas e de melhor qualidade, implica em desenvolver *um trabalho que traz de diferente e desafiador aspectos relativos a:* a forma de inserção do psicólogo em comunidade; o tipo de relação que estabelece com vistas ao desenvolvimento do trabalho, deslocando ou alterando o eixo das decisões; a maneira como são encontrados e efetivados os encaminhamentos para os problemas enfrentados; e a maneira como concebe o fenômeno/ objeto do seu trabalho.

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil.

La correspondencia relativa a este artículo debe ser enviada a Maria de Fatima Quintal de Freitas, Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, R. Natalina Daher Carneiro, 740, apt. 101-A - J. Penha, Vitória, ES, CEP.: 29.060-490, Brasil, e-mail: fquintal@zaz.com.br

Forma de Inserção e Problematização em Comunidade

A dinâmica da própria realidade exige desse profissional atuações “rápidas e eficazes” para as problemáticas apresentadas. Isto o coloca, ao mesmo tempo, na perspectiva de dar uma visibilidade, agora coletiva, ao trabalho que desenvolve e, por conseguinte, de se submeter a formas de avaliação, seja de outros profissionais, seja da própria comunidade ou grupos comunitários.

De sua parte, o profissional vai constatando que dispõe, em sua maioria, de modelos e estratégias clássicas, utilizadas nas “áreas” tradicionais da Psicologia Clínica, Educacional e Organizacional (Freitas, 1994, 1996). E, no entanto, seu enquadre, neste contexto comunitário, apresenta-lhe o desafio de encontrar uma “outra forma” de estar e, conseqüentemente, intervir nesta realidade (Montero, 1994a).

Quando o trabalho em comunidade não tem a clara mediação institucional e remunerada, a entrada do psicólogo nesse contexto depende, fundamentalmente, da construção de *contatos e conhecimentos* naquele contexto; de *intermediários*, individuais e/ou coletivos, que procuram o profissional de Psicologia; ou mesmo de *tentativas* que ele faz para se fazer conhecer. Em todos os casos, sempre está colocada a possibilidade de, a qualquer momento, o trabalho deste profissional ser recusado, rejeitado, adiado ou dirigido pelos diversos interesses e estruturas de poder presentes na dinâmica comunitária. Isto potencializa uma alteração do papel de autoridade do conhecimento deste profissional: ambos —profissional e comunidade/grupos comunitários— têm autoridades e conhecimentos diferentes, sobre esferas e aspectos diferentes da realidade.

Decorre, daqui, que o eixo das decisões se altera.

Não é mais o psicólogo, tão somente, que tem o poder de definir e delimitar o curso e as estratégias do trabalho a ser realizado. Sua perspectiva e seus enquadres filosófico-conceituais necessitam ser discutidos, compartilhados e alterados em um processo de discussão e análise conjunta com os setores da comunidade. O mesmo acontece da perspectiva da comunidade em relação ao psicólogo. A figura da discussão e avaliação contínuas aparece como uma característica inerente ao desenvolvimento dos trabalhos de Psicologia Social Comunitária. Desta forma, os objetivos dos trabalhos deixam de ser definidos *a priori* pelo psicólogo, ou então *a priori* pela comunidade que poderia submeter o

profissional aos seus desejos, e passam a ser delimitados *a posteriori* numa ação conjunta entre comunidade e profissional (Freitas, 1994 a; Montero, 1994a). Nesta situação, acrescente-se o fato de que o processo constante de análise de necessidades sentidas e vividas no processo comunitário deve ser também considerado como de importância, de tal modo que o trabalho em Psicologia Social Comunitária deveria ter condições de identificar e fortalecer esse processo (Freitas, 1998; Montero, 1994a, 1994b, 1995).

Algumas características próprias do trabalho comunitário devem ser bem conhecidas e discutidas pelos profissionais. Trata-se de um trabalho que se caracteriza por:

1. Ser um *trabalho coletivo*, envolvendo grupos de profissionais. Torna-se quase impossível fazer um trabalho sozinho.
2. Dirigido, *orientado* e balizado *pelas necessidades e demandas coletivas* da população, que podem ter incidências e reflexos na vida particular das pessoas.
3. *Lida com grupos* e, por isso mesmo, enfrenta dificuldades derivadas das características de *espontaneidade* dos grupos, *variação na quantidade* e composição dos seus membros, *avanços e retrocessos* existentes nas diversas reuniões grupais, *distanciamento* que vai sendo criado entre as lideranças e os demais; *hieraquias internas* e *fontes de poder* diversificados que se alteram continuamente; e dificuldades e *distorções comunicacionais* acontecidas nas reuniões.
4. Necessitar de um *conhecimento contínuo e atualizado* sobre a dinâmica e a vida comunitárias, cujas alterações vão imprimindo novas diretrizes para o trabalho.
5. Admitir a *possibilidade de mudança* como elemento presente: mudança de estratégias, objetivos, problemáticas a serem trabalhadas e alternativas adotadas.
6. Trazer, quase que a todo momento, *questionamentos* sobre a importância e viabilidade do trabalho, assim como sobre a própria identidade e especificidade do profissional de Psicologia.
7. Não possuir um *tempo previsto para o seu término*, dependendo da avaliação da comunidade.

A experiência no desenvolvimento de trabalhos em comunidade tem mostrado haver dois momentos decisivos que marcam o caráter e a natureza do próprio trabalho a ser realizado.

Um deles refere-se ao próprio processo de inserção do psicólogo no contexto comunitário. A maneira como

isto se dá e as razões para a entrada definem o tipo de orientação e a natureza do trabalho a ser realizado.

O segundo momento refere-se a o quê fazer com as informações que vão sendo reunidas e que tipo de encaminhamento dar ao trabalho de intervenção. Na verdade, neste momento, estamos tratando do tipo de Análise de Necessidades que o profissional se propõe a fazer, em coerência ao tipo de inserção com o qual se implicou.

Dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária e em coerência aos seus pressupostos filosóficos, o trabalho de intervenção apresenta como preocupações fundamentais: (a) preservar a dinâmica vivencial das relações comunitárias, (b) não distorcer e nem descontextualizar a realidade comunitária, (c) garantir a participação da comunidade como produtora, também, de conhecimento, favorecendo a construção de um processo de autogestão, (d) encontrar, conjuntamente com os setores e grupos comunitários, alternativas de ação para os problemas experienciados no cotidiano.

Dessa maneira, as estratégias a serem empregadas, quando da realização do trabalho de intervenção psicossocial em comunidade, deveria ter como objetivos alguns aspectos. Parte destes aspectos assemelham-se, em muito, aos passos ou etapas exigidos quando da realização de um processo de investigação científica, dentro dos moldes tradicionais. Entretanto, o tipo de vínculo e compromisso estabelecido entre profissional e comunidade, assim como as orientações filosóficas que perpassam sua prática, dentro de uma perspectiva da investigação ação, transformam instrumentais e técnicas em ferramentas muito mais de apoio à realização da proposta político-social implícita nos trabalhos de Psicologia Social Comunitária, do que em eixos centrais para o processo de investigação. Cabe, ressaltar, todavia que isto, de maneira alguma, significa uma desconsideração para com o rigor e cuidado, necessários a qualquer processo de pesquisa, e nem uma desvalorização de métodos quantitativos neste tipo de trabalho. Assim, as estratégias a serem utilizadas e/ou construídas deveriam objetivar:

1. A coleta de informações sobre a vida, condições de moradia e sobrevivência, recuperação histórica da construção daquela comunidade.
2. A identificação de necessidades e problemáticas vividas pela população na esfera do seu cotidiano, em termos de processos psicossociais que afetam as pessoas.
3. A detecção dos modos alternativos de enfrentamento e resolução, encontrados pelos moradores no seu cotidiano e nas relações estabelecidas.

4. A discussão conjunta, com a comunidade e seus representantes, sobre as alternativas, e decisão sobre aquelas a serem adotadas, assim como sobre as estratégias para sua viabilização.
5. A constituição dos grupos para a execução das alternativas; e
6. A avaliação contínua e reformulação dos caminhos adotados, em função das necessidades e impedimentos que se apresentarem ao longo do trabalho.

Instrumentais Utilizados para Obtenção de Informações

A grande diversidade de contextos e problemáticas encontradas, assim como a preocupação na construção conjunta de um conhecimento afeito à própria realidade comunitária, têm revelado um leque diversificado de instrumentais e/ou estratégias que têm sido empregados nos trabalhos da Psicologia Social Comunitária.

Observações Naturais e Contínuas

São realizadas empregando-se, em grande medida, os diários de campo, em que são registradas as informações pertinentes à vida cotidiana dos membros da comunidade e à própria rede e dinâmica existente. Esse registro ultrapassa a descrição objetiva, neutra e isenta de apreciações do pesquisador sobre os acontecimentos. Ao contrário, a avaliação do profissional sobre os episódios, sua dinâmica e natureza, assim como sobre os efeitos provocados apresentam-se como importantes para os passos seguintes do desenvolvimento do trabalho.

Entrevistas

1. Geralmente são coletivas e tendo a participação ativa dos presentes, de modo a não ser possível seguir um roteiro dirigido, havendo um número variável de participantes do seu início ao fim, uma vez que as pessoas deslocam-se continuamente, devido aos seus afazeres.
2. Exige do pesquisador uma visão ampliada sobre a dinâmica e contexto comunitário, visto que há interferências nas perguntas, tornando-se o processo em um diálogo contínuo.
3. Necessidade de serem feitas apreciações e relatos descritivos sobre o processo de entrevistas, identificando elementos, acontecimentos decisivos e de importância para o momento em que a comunidade está vivendo.
4. Aspectos quantitativos e pontuais, relativos a

- determinadas pessoas, podem não ser captados devido à dinâmica da discussão/diálogo.
5. Trata-se fundamentalmente de uma entrevista qualitativa.
 6. Outras fontes e instrumentos revelam-se como necessários para a obtenção dos dados quantitativos (como questionários e uso de fontes secundárias).

Conversas e Encontros Informais

Com pessoas significativas do contexto ou daquele momento que a comunidade e o trabalho estão passando. Vários são os exemplos de serem travadas conversas com pessoas diferentes da comunidade como comerciantes, donos de pontos estratégicos no bairro, coordenadores de grupos de igreja, pastores, membros de associações e/ou entidades no bairro, líderes de jovens e crianças, times de futebol, grupos de 'truco'¹ e dominó, cantadores e músicos, entre outros.

Reunião de Material Impresso e Visual sobre a Vida "No Bairro" para Identificar

1. Redes de circulação de informação e de convivência comunitária.
2. Movimento e dinâmica da comunidade em termos de mudanças físicas e arquitetônicas acontecidas.
3. Importância dada a alguns acontecimentos e sua repercussão em termos de adesão, participação e comparecimento, como festas, reuniões, bailes, assembléias, pssetas, entre outros.

Análise de Necessidades para Identificar

1. Métodos quantitativos e/ou métodos qualitativos a serem empregados, assim como explicitação das metas de tais métodos, em coerência ao tipo de compromisso estabelecido quando da inserção na comunidade.
2. As necessidades sentidas e as necessidades percebidas pelos moradores e grupos comunitários com vistas ao planejamento e discussão das ações coletivas a serem implementadas.

Identificação dos Modos Alternativos de Ação Individual e Coletiva, com vistas a:

1. Discussão em grupo e planejamento das ações a serem implementadas pelos diferentes setores comprometidos com as problemáticas identificadas.

2. Constituição dos grupos de trabalho e estabelecimento das atividades e metas presentes em tais grupos.

Algumas Considerações a Respeito do Cotidiano das Práticas em Comunidade

Ao se trabalhar junto a setores e/ou grupos comunitários várias são as dificuldades enfrentadas no cotidiano do trabalho. A título de exemplo, nos referiremos a um trabalho de intervenção psicossocial junto a grupos de mulheres, em um município da Grande Vitória, ES, em uma das fases, após reuniões com os representantes e membros da comunidade, em que foram identificadas problemáticas vivenciadas e que obstaculizavam o desenvolvimento do trabalho comunitário pelas lideranças.

Entre as problemáticas identificaram-se que sempre eram as *mesmas pessoas* que trabalhavam e iam às atividades, não havendo renovação e/ou ampliação dos quadros; os grupos estavam se sentindo *fracos, cansados e desmobilizados*; havia um sentimento de *desalento e desesperança* presente em todos, e um *sentimento de impotência* quanto ao que fazer e às possibilidades de melhoria no trabalho, no bairro e na vida das pessoas; e que o trabalho acabava adquirindo um *significado de "cota" de sacrifício* e de abnegação para os que pertenciam ao grupo comunitário (Freitas, 1997a).

Durante as reuniões as falas objetivas e públicas confirmavam tais problemáticas. Havia, por parte dos presentes, uma espécie de análise e reflexão apontando para uma culpabilização própria, no que se referia às atividades que desenvolviam e às posturas que assumiam, de tal modo que: sentiam-se como não tendo capacidade ou habilidade/discernimento para identificarem os problemas e saberem o que fazer; atribuíam a responsabilidade para tal clareza e discernimento a si próprias; consideravam como tarefas só suas estar ali para fazer os trabalhos/atividades e assistir os outros que não estavam em posições de liderança como elas. Além disso, questionavam sobre as atividades que desenvolviam e a pouca ressonância na comunidade. Apontavam como necessário renovar os trabalhos e serem mais criativas, como uma possibilidade para aumentar a participação comunitária. As discussões foram revelando que necessitavam saber quem era a comunidade e como viviam os vizinhos, amigos e moradores do mesmo bairro. Esta "curiosidade" apontou para a necessidade de um outro nível de "conversa": as mulheres expressaram que gostariam

¹ Trata-se de um tipo de jogo de cartas, em que as pessoas se reúnem animadamente e falando em voz alta as suas jogadas.

de falar de seus trabalhos e de suas vidas, em outro tempo e espaço, agora destinado a elas e sem as responsabilidades e atribuições decorrentes do fato de serem líderes do grupo de mulheres, livrando-se do crivo avaliativo e censor do papel de lideranças. Tratava-se de uma conversa e discussão em que pudessem expressar suas angústias, dificuldades, dilemas e desesperanças encontradas e vividas tanto no trabalho que faziam, como em relação a si mesmas e à sua vida.

Nova reunião foi programada como uma possibilidade de serem chamadas mais pessoas, a fim de se conhecerem e de compartilharem seus dilemas e dificuldades. Esta reunião foi iniciada em um grande clima de expectativa por parte das mulheres de que o profissional traria soluções. Foram percebidos tres aspectos interessantes. Havia um certo alívio, ao perceberem que não estavam sozinhas em suas dificuldades, e que eram partilhadas por outras pessoas, parecia que “a história se repetia e tinha a mesma trajetória”. Ao mesmo tempo, configurava-se claramente o risco de se estar reforçando uma visão fatalista, caso não fosse possível enfrentar o desafio de fazer avançar a discussão. Enquanto isto, também havia um certo desencanto e decepção, pelo fato de não serem encontradas, a priori e de imediato, soluções e encaminhamentos por parte do profissional envolvido.

Isto, por sua vez, fez reinstalar-se um clima de inevitabilidade, de que a situação “era difícil mesmo e que deveriam se conformar” a esse estado de coisas. Derivado disto, produziu-se uma explicação, em termos de se fechar o raciocínio de que o trabalho tinha mesmo que ser um sacrifício necessário por parte das lideranças.

Naquele momento, emergiam outras necessidades sentidas e desafios para a prática do profissional: o que fazer e que alternativas viáveis e eficazes existiriam?

Novamente, a postura e compromisso do profissional revelaram-se decisivos nessas tensões, ambiguidades e dilemas vividos dentro da dinâmica grupal. De um lado, seria mais fácil e estaria atendendo às expectativas se ele propusesse encaminhamentos práticos, mesmo que a priori. Por outro, dentro da coerência dos trabalhos em Psicologia Social Comunitária, esperava-se que tentasse conjuntamente decodificar aquele processo, problematizando-o, e buscando alternativas conjuntas de ação (Martín-Baró, 1989; Montero, 1994b).

Nesta situação, a título de exemplo aqui, foram vivenciados desafios e dificuldades diretamente ligados ao cotidiano do próprio trabalho. Alguns deles foram:

1. Sentimento de impotência da comunidade e de impotência do psicólogo com relação a como fazer a realidade avançar e as pessoas participarem mais.
2. Como quebrar a convivência pacífica com as formas de opressão e marginalidade em que as pessoas estão submetidas no seu cotidiano, resultando em posições fatalistas.
3. Como recuperar a aproximação entre liderança e base.
4. Formas de poder interno que se instauram e reproduzem as discriminações sociais.
5. Incorporação das valorizações negativas internas ao grupo e decorrentes dos avanços de uns e retrocessos de outros.
6. Como evitar que a população, durante e à medida que alguns ganhos vão ocorrendo, não volte a cair em uma posição de passividade e acomodação, colocando-se no lugar de receptora das benfeitorias externas e exógenas à sua vida.
7. Dificuldade de aumentar a participação dos agentes comunitários, qualitativa e quantitativamente.

O desenvolvimento de trabalhos em comunidade, apresentando em alguns momentos da sua execução, um predomínio de ações junto a grupos já constituídos tem se mostrado como um dos momentos mais ricos e desafiadores destas práticas. Ao mesmo tempo que tais situações e processos grupais constituem-se a base das propostas de organização e mobilização populares, apontam para a explicitação de fenômenos e processos psicossociais importantes (Lane & Freitas, 1997; Martín-Baró, 1989). Entre eles, as relações entre as chamadas lideranças e suas bases, desnudando situações em que as relações de poder podem tanto ajudar como dificultar o desenvolvimento do próprio trabalho, constituem-se em um elemento digno de estudo em Psicologia Social. Inúmeras são as dificuldades relatadas com relação ao distanciamento que vai se instaurando entre as lideranças e as bases, à medida que aquela avança nos processos de análise e reflexão, e esta resiste em permanecer em explicações naturalizantes e conformistas. A necessidade e premência de alternativas eficazes, muitas vezes, para necessidades imediatas que se configuram ao contexto comunitário, coloca alguns paradoxos aos sujeitos dessa relação. Participantes das reuniões junto às lideranças manifestam concordância em que algo seja feito em prol do desenvolvimento comunitário, e no entanto, sentem-se desvalidos, impotentes e descrentes para qualquer tipo de ação, instalando-se um certo fracasso já antecipado. As lideranças, conhecedoras da importância da participação conjunta dos demais elementos, mas premidos pela urgência de alternativas

vêm-se impulsionados a tomarem atitudes, muitas vezes, inicialmente, autoritárias e centralizadoras. Instaura-se assim um tipo de situação em que na base das relações grupais podem ser encontradas algumas das dificuldades para o processo organizativo, na medida em que tal situação pode estar fortalecendo atitudes e posturas naturalizantes e conformistas ao estado no qual o grupo se encontra. Estudar o processo e a dinâmica grupal no seio dos trabalhos comunitários apresenta importância para a compreensão desses processos psicossociais que estão na base das formas de organização e mobilização comunitárias.

Referências

- Cordero, T., & Hermosilla, H. (1996). Problemática psicossocial de los obreros esterilizados por el DBCP en Costa Rica. Em T. Cordero, I. Dobles., & R. Pérez (Comps.), *Dominación social y subjetividad. Contribuciones de la Psicología Social* (pp. 95-110). San José, Costa Rica: Ed. Universidad de Costa Rica.
- Freitas, M. F. Q. (1994). Práticas em comunidade y Psicología Comunitária. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitária: Teoría y Método* (pp. 139-166). México: Editorial Guadalajara.
- Freitas, M. F. Q. (1994a). *Psicologia Comunitária: Professores de Psicologia falam dos modelos que orientam a sua prática*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 8, 63-82.
- Freitas, M. F. Q. (1996 a). Psicologia na Comunidade, Psicologia da Comunidade e Psicologia (Social) Comunitária. Práticas da Psicologia em comunidade nas décadas de 60' a 90', no Brasil. Em R. Campos (Org.), *Psicologia Social Comunitária* (pp. 54-80). Petrópolis: Vozes.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1991). Community Social Psychology in Brazil. *Applied Psychology: An International Review*, 40, 119-142.
- Lane, S. T. M., & Sawaia, B. B. (1995). La Psicología Social Comunitária en Brasil. Em E. Wiesenfeld & E. Sánchez (Comp.), *Psicología Social Comunitária. Contribuciones Latinoamericanas* (pp. 69-116). Caracas: Tropykos.
- Lane, S. T. M., & Freitas, M. F. Q. (1997). Processo grupal na perspectiva de Ignacio Martín-Baró: Reflexões acerca de seis contextos concretos. *Revista Interamericana de Psicología*, 31, 293-308.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica II*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores.
- Montero, M. (1987). A través del espejo. Una aproximación teórica al estudio de la conciencia social en América Latina. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Política Latinoamericana* (pp. 163-202). Caracas, Venezuela: Panapo.
- Montero, M. (1991a). La justicia del mundo, el autoritarismo y la necesidad de torturar. Análisis de una expresión ideológica. Em M. Montero (Coord.), *Acción y Discurso. Problemas de Psicología Política en América Latina*. Caracas, Venezuela: EDUVEN.
- Montero, M. (1991b). *Ideología, alienación e identidad nacional. Una aproximación psicossocial al ser venezolano* (tercera edición). Caracas, Venezuela: Ediciones de la Biblioteca, UCV.
- Montero, M. (1994a). Una mirada dentro de la caja negra: La construcción psicológica de la ideología. Em M. Montero (Coord.), *Construcción y Crítica de la Psicología Social* (pp. 127-148). Barcelona: Anthropos.
- Montero, M. (1994b). Vidas Paralelas: Psicología Comunitária en Latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Coord.), *Psicología Social Comunitária. Teoría, Método y Experiencia* (pp. 19-46). México: Universidad de Guadalajara.
- Montero, M. (1995). Modos alternativos de acción política. Em O. D'Adamo, V. G. Beaudoux, & M. Montero (Comps.), *Psicología de la acción política* (pp. 91-110). Buenos Aires: Paidós.
- Pelissari, M. A. (1996). *A condição cidadã*. Piracicaba: UNIMEP.
- Perdomo, G. (1988). El Investigador Comunitário: Científico, imparcial o gestor del cambio social? *Boletín AVEPSO*, XI, 34-41.